

Resenha

Agroecologia e Educação Ambiental por uma perspectiva antcapitalista

Agroecology and Environmental Education from an anti-capitalist perspective.

NOVAES, Henrique Tahan. (2025). A educação ambiental antcapitalista: produção destrutiva, trabalho associado e agroecologia. São Paulo: Boitempo.

FRANCINE NOGUEIRA LAMY GARCIA PINHO

EDGAR NOGUEIRA GARCIA PINHO

RESUMO

O livro *A educação ambiental antcapitalista: produção destrutiva, trabalho associado e agroecologia*, de Novaes, evidencia que é possível entender as formas de trabalho baseadas na agroecologia e no trabalho associado como uma possibilidade emancipatória frente à produção capitalista destrutiva. Para o autor, as lutas sociais enfrentam e questionam a expropriação de terras, assim como o poder das corporações transnacionais e do Estado, os quais promovem o que ele denomina obsolescência programada que resulta na gradativa destruição das condições de vida do planeta. O autor anuncia a experiência das escolas de agroecologia criadas pelo Movimento Sem Terra que se concentram na educação antcapitalista, criando uma alternativa prática no enfrentamento aos problemas ambientais e sociais. Diferentes pontos são colocados por Novaes para esclarecer como o ecocapitalismo se disfarça de solução servindo aos contínuos interesses do agronegócio com sua linha de educação ambiental pró-capital.

Palavras-chave: Antcapitalismo; Educação ambiental; Agroecologia.

ABSTRACT

The book *Anti-capitalist Environmental Education: Destructive Production, Associated Labor, and Agroecology* by Novaes demonstrates that it is possible to understand forms of work based on agroecology and associated labor as an emancipatory possibility in the face of destructive capitalist production. For the author, social struggles confront and question the expropriation of land, as well as the power of transnational corporations and the State, which promote what he calls planned obsolescence, resulting in the gradual destruction of the planet's living conditions. The author presents the experience of agroecology schools created by the Landless Workers' Movement (Movimento Sem Terra - MST), which focus on anti-capitalist education, creating a practical alternative in addressing environmental and social problems. Novaes raises various points to clarify how ecocapitalism disguises itself as a solution but only serves the continued interests of agribusiness with its pro-capitalist environmental education approach.

Key words: Anti-capitalism; Environmental education; Agroecology.

A obra de Henrique Tahan Novaes, professor livre-docente da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho (Unesp), é composta de diferentes textos, divididos em capítulos que formam um conjunto coeso de resultados de pesquisas. Alguns dos capítulos outrora publicados são acompanhados aqui de textos inéditos formando um trabalho original e de fôlego sobre a educação ambiental com foco anticapitalista.

Em ano de COP30 no Brasil, esse livro de Novaes contribui com uma abordagem diferenciada acerca do exercício, já não tão recente, do trabalho com a educação ambiental. Contendo nove capítulos, o livro aponta para possibilidades concretas de se pensar esse âmbito educacional a partir de movimentos sociais, com ênfase no Movimento Sem Terra (MST).

O livro se inicia pelo capítulo intitulado “A atualidade da acumulação primitiva: roubo e cercamento de terras nos séculos XX e XXI”. Este texto se apresenta tendo por base a versão publicada anteriormente no livro *Introdução à crítica da economia política* (Novaes, 2019), organizado pelo próprio autor. Apesar de ser uma reescrita do texto de 2019, o capítulo funciona bem aqui como abertura ao leitor de suas prerrogativas que serão desenvolvidas ao longo do livro. Nesse capítulo, as discussões se debruçam sobre a acumulação primitiva, estudada por Marx (2006; 2013; 2023) e Engels (2013) e mostram como esse processo vem acontecendo na atualidade. Novaes acentua que o Brasil tem o agravante de ser o país “onde mais houve roubo de terras no século XX” e ainda o campeão em “assassinatos de indígenas, quilombolas, posseiros e sem-terras” (Novaes, 2025, p. 21). Os séculos XX e XXI são analisados do ponto de vista dos cercamentos e

roubo de terras, a presença de representantes do grande capital na vida política e legislativa, favorecendo os interesses e facilitando as ações. A mercantilização da vida e as lutas de resistências são tópicos tratados com preocupação do consumo desmesurado e sem sentido “com vistas à irracional reprodução ampliada do capital” (Novaes, 2025, p. 35); também o controle de sementes, muitas vezes geneticamente modificadas, o qual permite o domínio de pequenos produtores, e as construções de barragens e grandes áreas de mineração. As lutas contra esse panorama incluem a “socialização da semente crioula como patrimônio histórico”, a “autogestão, a produção de alimentos saudáveis, a preservação do conhecimento tradicional de povos milenares”. Para o autor, as lutas constantes dos movimentos sociais na América Latina são contra o “acelerado processo de destruição do ser humano e da natureza, dos bens públicos e da nação” (Novaes, 2025, p. 35). O capítulo termina com a ideia de que após os dez anos de governo Lula, com “algumas contradições” na tentativa de “construir um capitalismo com alguns direitos sociais”, o pós-golpe de 2016 permitiu que o agronegócio ganhasse permissão de “invadir terras indígenas, destruir a floresta e avançar rumo a áreas ‘virgens’” (Novaes, 2025, p. 38).

O texto que compõe o segundo capítulo — “Contribuições do marxismo do século XXI para a questão ambiental e para a educação ambiental anticapital” — teve uma primeira versão apresentada no V Seminário Trabalho e Educação da Universidade Federal de Uberlândia, em 2024. Novaes faz uma analogia entre crises ambientais e crimes ambientais, ambos com fortes consequências para a sociedade brasileira. A partir de conceitos trazidos por Mészáros (2011a; 2011b), é abordada a ideia de que os chamados “desastres naturais” são, no entanto, “crimes ambientais decorrentes do avanço do modo de produção capitalista” (Novaes, 2025, p. 40) e que a “destruição ambiental tem criado um gigantesco mercado de oportunidades verdes” (Novaes, 2025, p. 41) as quais não conseguem solucionar as reais causas dos problemas. Novaes aponta que os relatórios das Organizações das Nações Unidas (ONU) se mostram insuficientes para diagnosticar e pouparam o papel destrutivo “nos crimes ambientais dos Estados imperialistas, das grandes corporações transnacionais, do Estado capitalista dos países dependentes e dos sindicatos burocratizados” (Novaes, 2025, p. 42). O autor traz, nesse capítulo, as contribuições do marxismo para a questão ambiental por meio das contribuições de vários autores. Para Löwy (2003 *apud* Novaes, 2025, p. 46), por exemplo, as forças produtivas são “destruidoras da saúde do trabalhador, bem como do meio ambiente” e, para que haja mudanças, o aparelho produtivo precisa ser radicalmente destruído. Já Foster (2005 *apud* Novaes, 2025, p. 47) acredita que a “agricultura capitalista industrializada é caracterizada pelo ‘roubo do

solo' e não apenas o roubo do trabalhador (mais-valor)". Por fim, Novaes afirma que a educação ambiental crítica poderia fazer frente à ideia de educação ambiental liberal que mantém a estrutura social de classes.

O Capítulo 3 é intitulado pelo autor de "Produção destrutiva e agroecologia". Neste capítulo inédito, o autor faz um contraponto entre a produção destrutiva e a agroecologia como forma de alternativa ao domínio capital. A industrialização da agricultura, a readequação das instituições de ensino, pesquisa e assistência técnica ao modelo conhecido como "revolução verde", defendida por Novaes como "golpe verde" (Novaes, 2025, p. 59), trouxe inúmeras consequências, tais como "aumento do desemprego, concentração de terra, degradação dos solos, comprometimento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos, devastação de florestas [...], contaminação dos alimentos consumidos" etc. As patentes são um problema apontado no livro como uma "nova forma de colonialismo" (Novaes, 2025, p. 64), atingindo a biodiversidade e controlando saberes das comunidades tradicionais a respeito dela. No capítulo, as experiências históricas de agricultura alternativa são esmiuçadas mostrando como o "aparecimento de novas doenças" nas plantas foi sendo causado pelo gradativo emprego de agrotóxicos. Com tal argumento, a agroecologia se torna uma necessidade defendida pelo autor, na tentativa de recuperar o patrimônio cultural de conhecimentos agrícolas tradicionais expropriados pela agroindústria.

No capítulo 4, o "desenvolvimento sustentável", a agroecologia e o ecossocialismo são o mote para que o autor conceitue estas três ideias, acentuando as contradições do termo desenvolvimento sustentável e preferindo "ecodesenvolvimento" e aponta que é preciso que o "crescimento esteja subordinado à lógica das necessidades humanas" (Novaes, 2025, p. 87). Novaes reafirma o papel da agroecologia para a transição ecossocialista na contraposição da produção de *commodities* e em defesa da produção de alimentos, articulando "a luta presente (aqui e agora) com a luta pela sociedade futura" (Novaes, 2025, p. 99).

As "corporações transnacionais, a agenda agroecológica do MST e as escolas de agroecologia" são os assuntos do capítulo 5. Aqui, a ideia de que a fome continua crescente no planeta já se apresenta no início do capítulo, passando o autor a contextualizar as grandes corporações transnacionais que ao longo do século XX "lançaram novos produtos no mercado, criaram novas tecnologias, promoveram guerras, derrubaram governos, assinaram lideranças de movimentos sociais, roubaram terras, provocaram inúmeros desastres socioambientais" (Novaes, 2025, p. 103) e até hoje atuam dessa forma ofensiva e

destrutiva. Nesse sentido, Novaes ressalta a importância dos movimentos sociais anticapital, em especial o MST, nas lutas agroecológicas, inclusive pela igualdade de gêneros. Nessa luta, o autor ressalta a importância das escolas de agroecologia do MST, a influência da pedagogia de Paulo Freire e enumera os seus principais objetivos, seus norteamentos pedagógicos e como as atividades educacionais são divididas. Para Novaes, essas escolas “são ilhas de resistência rodeadas por um grande deserto verde” na criação de uma educação ambiental anticapitalista (Novaes, 2025, p. 124).

Novaes associa a revolução verde a uma produção destrutiva, tema este inserido no capítulo “Economia política da revolução verde, agroecologia e escolas de agroecologia do MST”. Nele o autor ressalta que a agenda do MST não se reduz à preservação do meio ambiente, mas está fundamentalmente ligada à “negação do padrão de desenvolvimento agrícola existente no país, colocando em evidência a necessidade de preservação e da reconstrução da agricultura camponesa pela via da reforma agrária” (Novaes, 2025, p.129). Entretanto o autor também chama a atenção para o fato de que infelizmente nem todos os assentamentos praticam agroecologia e por vezes produzem alimentos com “uso de agrotóxicos, adubos sintéticos e tratores pesados” (Novaes, 2025, p. 132). Mais uma vez o autor ressalta a importância das escolas agroecológicas para a disseminação desse conhecimento.

Em “Trabalho associado do Movimento Sem Terra de São Paulo: uma análise das ações do Estado capitalista que bloqueiam o potencial educativo da produção associada”, texto já publicado em 2021, e nessa obra constando como capítulo 7, Novaes mostra ações do Estado capitalista impactando o cooperativismo e o associativismo em São Paulo, contextualizando o estado em relação a sua formação histórica e à formação de movimentos sociais e suas concepções de cooperativismo. O autor faz considerações sobre as dificuldades impostas pelo Estado capitalista por meio do “impedimento da reforma agrária, autocracia e repressão violenta às manifestações populares” (Novaes, 2025, p. 162), do que resulta que são poucos os assentamentos que resistem.

No oitavo capítulo, Novaes se debruça sobre os “Desafios da formação para (e na) produção associada em tempos de barbárie”. A primeira versão desse capítulo foi publicada em 2024. O autor faz um breve balanço sobre a situação política e econômica da América Latina, em um cenário de “esgotamento da estratégia democrático-popular” e de dificuldades para se alterar a ordem capitalista, relegando os trabalhos associados nos tempos atuais a “um papel marginal no capitalismo financeirizado”, fadado a “reproduzir parcialmente as características da produção capitalista, e passar por processos de

degeneração” (Novaes, 2025, p. 169-170). Nesse texto, Novaes traz o histórico do trabalho associado no Brasil, “a produção associada e a pedagogia da produção associada” representando a “possibilidade de ruptura com as antigas formas de produzir e educar” (Novaes, 2025, p. 173), além da importância desse tipo de trabalho como alternativas “possíveis, necessárias e urgentes” em um contexto de barbárie atual (Novaes, 2025, p. 174).

No último capítulo da obra aqui em relevo, o autor se preocupa em discutir os “Fundamentos da escola do trabalho emancipado: a contribuição das pedagogas e dos pedagogos soviéticos para a educação para além do capital no século XXI”. Originalmente publicado em 2024, a versão desse texto traz uma breve análise histórica da Revolução Russa, em especial sobre a formação das pedagogias do trabalho emancipado. A urgência da educação para além do capital norteia o último capítulo do livro, no qual Novaes traz apontamentos sobre como poderia ser organizada uma escola do trabalho emancipado no século XXI.

Não sendo necessariamente um capítulo ou mesmo uma reflexão tão robusta quanto as apresentadas ao longo da obra, no trecho chamado “Conclusões” Novaes revisa seu pensamento e presenteia o leitor com 14 tópicos, assim mesmo apresentados, que organizam para o leitor as principais considerações sobre as quais ele se debruça. Partindo do preceito da complexidade de qualquer análise voltada ao modo de produção capitalista, a chamada por Novaes “produção destrutiva”, ele nos apresenta argumentos que tentam dar conta do conhecimento e contradições “do MST, da questão ambiental, da produção associada e da educação agroecológica do movimento” (Novaes, 2025, p. 193).

A obra, de grande relevância acadêmica e social para os dias de hoje, deve ser lida e discutida em toda a sua grandeza e complexidade. É preciso ressaltar, no entanto, que a face socioambientalista defendida por Novaes (2025) não é única e disputa o campo do saber e a arena das políticas ambientais, cercados de um antagonismo de soluções para a proteção ambiental e social. As duas vertentes principais, de acordo com Sousa (2025, p. 116) são o Conservacionismo — o qual se apoia “em soluções técnicas, na valoração econômica da natureza e em ajustes pontuais ao modelo de desenvolvimento vigente, reproduzindo uma racionalidade instrumental que evita questionar as causas estruturais da crise ecológica” — e o Socioambientalismo, que surgiu pelo movimento ambiental crítico, articulando “justiça ambiental, participação popular e a necessidade de transformação sistêmica nas relações entre sociedade, economia e natureza”.

Para além de disputas de saber, a conclusão mais óbvia é entender que proteger a natureza é defender a própria condição de existência humana. Plantar alimentos e floresta concomitantemente não é nenhuma novidade: os povos tradicionais fazem isso há milênios. Por isso, acredita-se que a agroecologia pode não só proteger a natureza, mas também restaurar as áreas em que ela foi vilipendiada. Os alimentos agroecológicos podem assim responder às necessidades nutricionais demandadas pela humanidade, pela fauna e pela própria flora autossustentada neste sistema.

REFERÊNCIAS

- MARX, Karl. (2006). **Trabalho assalariado e capital e salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. (2013). **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl. (2023). **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção capital 3. ed. São Paulo: Boitempo.
- MÉSZAROS, István. (2011). **A crise estrutural do capital**. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Boitempo.
- MÉSZAROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- NOVAES, Henrique Tahan (org.). (2019). **Introdução à crítica da economia política**. Marília: Lutas Anticapital.
- NOVAES, Henrique Tahan. (2025). **A educação ambiental anticapitalista**: produção destrutiva, trabalho associado e agroecologia. São Paulo: Boitempo.
- SOUSA, B.H. (2025). O Ambientalismo não é Neutro: Um ensaio crítico sobre os caminhos para a defesa da natureza. **Meio Ambiente (Brasil)**, v.7, n.3, p.116-131.

Francine Nogueira Lamy Garcia Pinho

Doutora em Políticas Sociais, pesquisadora do Projeto de Educação Ambiental Pescarte, coordenadora de disciplina no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro no Consórcio Cederj.

Edgar Nogueira Garcia Pinho

Graduando em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Ouro Preto.